



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 001, DE 26 NOVEMBRO DE 1993.

Aprova Instruções para Autorização de Funcionamento das Entidades de Ensino e Homologação do Curso de Formação de Piloto Agrícola.

O MINISTRO DE ESTADO DA AERONÁUTICA e o MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA, no uso de suas atribuições e considerando os artigos 98 e 99 da Lei Nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), o Decreto nº 56.584, de 20 de julho de 1965; Decreto-Lei nº 917, de 07 de outubro de 1969; o inciso XII do artigo 4º e os artigos 12 e 17 do Decreto nº 86.765, de 22 de dezembro de 1981, e tendo em vista a necessidade de padronizar as estruturas técnico-operacional e pedagógica dos cursos e dos estabelecimentos voltados para o ensino aeroagrícola, resolvem:

Art. 1º - Aprovar as instruções anexas à presente Portaria, para autorização de funcionamento das entidades de ensino e homologação do curso de formação de Piloto Agrícola.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LÉLIO VIANA LÔBO
Ministro da Aeronáutica

DEJANDIR DALPASQUALE
Ministro de Estado da Agricultura, do
Abastecimento e da Reforma Agrária

INSTRUÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE ENTIDADES DE ENSINO E HOMOLOGAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PILOTO AGRÍCOLA

CAPÍTULO I Da Autorização

Art. 1º - O interesse em obter autorização de funcionamento de escolas e homologação de curso de formação de Piloto Agrícola, deverá:

I - cumprir as normas, procedimentos e requisitos previstos no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica 141 (RBHA 141), de 09 de outubro de 1992;

II - comprovar, economicamente, que terá capacidade de estruturar a entidade com, no mínimo, os seguintes equipamentos:

a) duas aeronaves duplo comando consideradas aptas para o treinamento de vôo agrícola pelos órgãos do Ministério da Aeronáutica e do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária;

b) duas aeronaves projetadas especificamente para vôo agrícola devidamente aprovadas e homologadas;

c) conjunto de equipamentos para aplicação de sólidos, compostos de distribuidores dos tipos Venturi e outros desde que homologados;

d) conjunto de equipamentos para aplicação de líquido composto de barras com bicos e atomizadores rotativos; e

e) instalações: hangares, pátio de manobra, pátio de descontaminação, depósito para produtos químicos, salas de aula, escritórios e aeródromo para instrução prática de vôo.

III - cumprir o previsto no Manual de Curso de Piloto Agrícola aprovado pelo Departamento de Aviação Civil - DAC que:

a) estabelece os conteúdos programáticos mínimos obrigatórios a serem adotados no Curso de Piloto Agrícola, bem como seus objetivos, sua duração e a carga horária das matérias que o compõe;

b) apresenta as normas para realização do curso no que se refere a recursos humanos e materiais, recrutamento, inscrição e seleção de candidatos, matrícula dos aprovados, desenvolvimento do currículo, avaliação do corpo docente e do curso; e

c) fornece à coordenação do curso e ao corpo docente orientação didática geral para o curso e específica por matéria;

IV - informar o quadro de pessoal docente, indicando a quantidade e qualificação, de acordo com a área que irá atuar ou a matéria que irá ministrar.

Art. 2º - Das aeronaves citadas nos itens A e B do inciso II, do artigo anterior, pelo menos duas deverão estar na posse da empresa requerente.

CAPÍTULO II Do Procedimento para Aprovação

Art. 3º - O interessado em obter autorização para funcionamento de entidades de ensino e homologação de curso de Piloto Agrícola, deverá encaminhar ao Serviço Regional de Aviação Civil - SERAC da área, um requerimento endereçado ao Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil, instruído com os demais documentos contidos no RBHA 141, observados os requisitos estabelecidos nesta Portaria.

Art. 4º - O Ministério da Aeronáutica encaminhará a solicitação ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, visando à obtenção do respectivo parecer técnico para completar o processo de autorização de funcionamento e homologação de curso.

Parágrafo único - De posse dos pareceres técnicos favoráveis, o Departamento de Aviação Civil expedirá o Certificado de Autorização para funcionamento e informará à entidade o número do Boletim Interno que concedeu a homologação do curso.

Art. 5º - Os casos não previstos nesta Portaria serão resolvidos pelo Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil e pelo Secretário de Desenvolvimento Rural, de acordo com a natureza do assunto e respeitadas as esferas de competência.